

# Moro condena Dirceu pela segunda vez na Lava Jato

O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, condenou pela segunda vez o ex-ministro José Dirceu na Lava Jato, desta vez a 11 anos e três meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Dirceu foi condenado por Moro por ter recebido R\$ 2.144.227,73 em propina proveniente de contratos da empresa Apolo Tubulars com a Petrobras, por intermédio de Renato Duque, diretor de Serviços da petroleira estatal à época dos crimes.

Segundo a sentença proferida por Moro, R\$ 1,4 milhão da propina foi paga por meio de serviços de táxi aéreo, mediante o custeio de despesas pela utilização, por Dirceu, de duas aeronaves pertencentes ao lobista Julio Camargo, que assinou acordo de delação premiada com a Justiça e assumiu ser o intermediário entre os sócios da Apolo e Renato Duque.

Segundo o MPF, o ex-ministro realizou 113 voos nas aeronaves entre novembro de 2010 e julho de 2011. Dirceu assumiu as viagens, mas disse que foram realizadas a título de cortesia.

“Em que pese o teor dos depoimentos de ambos, José Dirceu e Luiz Eduardo de



José Dirceu foi condenado a mais 11 anos e três meses de prisão.

Oliveira e Silva, simplesmente não é crível que alguém disponibilize a título gratuito voos em seus jatos executivos, cujos valores são notoriamente exorbitantes, a um terceiro, de forma desprezível”, escreveu Moro na decisão. Ao todo, segundo o MPF, foram repassados R\$ 7,4 milhões pela Apolo Tubulars em propina. Além do desviado por Dirceu, o restante foi direcionado para

o PT, diz a denúncia. Em troca, Duque garantiu um contrato de R\$ 255 milhões entre a empresa e a Petrobras, que com aditivos chegou ao valor de mais de R\$ 450 milhões.

De acordo com a denúncia, o restante da propina foi pago por intermédio de uma empresa do lobista Júlio Camargo, chamada Piemonte, através de notas fiscais frias. Na mesma sentença, Moro condenou ou-

tras quatro pessoas, incluindo Luiz Eduardo de Oliveira e Silva, irmão de José Dirceu, que deverá cumprir seis anos e oito meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Dois sócios da Apolo, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares e Carlos Eduardo de Sá Baptista, foram absolvidos.

Em maio de 2015, Dirceu foi condenado pela primeira vez na Lava Jato, a 23 anos e três meses de prisão pelos mesmos crimes e também por pertencer a organização criminosa. Em julho do ano passado, a pena foi atenuada por Moro, para 20 anos e dez meses, porque o condenado tem mais de 70 anos. O ex-ministro está preso desde agosto do ano passado no Complexo Médico-Penal em Pinhais, região metropolitana de Curitiba. A Agência Brasil tentou contato com a defesa de José Dirceu, mas até a publicação desta reportagem não obteve retorno (ABR).

## Indústria alimentícia deve se adaptar ao novo perfil de consumidores

Lilia Kawazoe (\*)

*Nos últimos anos temos acompanhado uma mudança significativa no comportamento da população quando o assunto é o consumo de alimentos*

Muito além do sabor, hoje, as pessoas também estão preocupadas com as questões relacionadas à saudabilidade daquilo que consomem. Em outras palavras, quais benefícios eles podem proporcionar à saúde e ao bem-estar? - Uma pesquisa divulgada neste ano pela Euromonitor aponta que a venda de alimentos naturais e orgânicos cresceu 98% nos últimos cinco anos, enquanto que a demanda por opções tradicionais cresceu 67% no mesmo período.

O estudo ainda mostra que 28% dos brasileiros consideram que o valor nutricional é o mais importante na hora de consumir um produto e 22% das pessoas ouvidas disseram preferir alimentos naturais sem conservantes. Diante desses números notamos o grande desafio que a indústria de alimentos tem pela frente que é investir cada vez mais em opções saudáveis e naturais, transformando receitas tradicionais em opções ricas em vitaminas, ômega, fibras e proteínas.

Esse é um trabalho que envolve pesquisas constantes para o desenvolvimento de novos ingredientes tecnológicos e a busca pela inovação. Ao buscarmos exemplos práticos desse trabalho na indústria alimentícia, encontramos as farinhas e óleos obtidos a partir de frutos e sementes da biodiversidade brasileira, como o açaí, cupuaçu e castanha do Brasil. A proposta desses ingredientes é que eles sejam acrescentados a receitas tradicionais do dia a dia, como pães, bolos, cookies, molhos e maioneses, tornando

o alimento uma opção de alto valor nutritivo.

Outro ponto que não devemos deixar de lado é a questão dos alimentos orgânicos, pois em janeiro deste ano um estudo feito pela Nielsen mostrou que 33% dos consumidores preferem alimentos orgânicos e pagariam mais caro por isso. Nesse sentido, estamos indo muito além do consumo de um alimento saudável, estamos falando de produtos comprometidos com a questão da sustentabilidade. Hoje, o consumidor está preocupado em saber se o alimento que ele vai consumir foi obtido a partir de um processo que engloba o respeito ao meio ambiente e aos envolvidos na cadeia produtiva.

Toda essa evolução do mercado alimentício nos leva a destacar também o segmento de produtos direcionados às pessoas com dietas restritas. Isso porque, nos últimos anos, as empresas passaram a investir nesse nicho com o grande desafio de oferecer alimentos que possam suprir as necessidades das pessoas alérgicas ou com intolerância alimentar. Para isso, a indústria de matérias-primas para alimentos está focada também na customização de serviços e desenvolvimento de insumos tecnológicos exclusivos.

Esse cenário nos mostra que a indústria de alimentos está passando por um grande processo de transformação, o que envolve a mudança no comportamento do consumidor e a adequação das marcas a esse novo momento do mercado. O resultado certamente trará benefícios a todos e os alimentos saudáveis e funcionais vão se tornar parte essencial do nosso cardápio diário.

(\*) - É Gerente Comercial da Unidade de Negócio Concepta Ingredientes, do Grupo Sabará, especializada no desenvolvimento de soluções naturais e tecnológicas, com foco nas indústrias de alimentos, bebidas, nutrição animal e farmacêutica veterinária.

## Ditadura mantinha documentos com informações sobre jornalistas do DF

Marcelo Brandão/Agência Brasil

Na época da ditadura (1964-1985), órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) monitoravam de perto aqueles que eram considerados ameaça ao regime militar: comunistas e militantes de movimentos de esquerda. A SSP-DF mantinha perfis de vários jornalistas, principalmente os que tinham alguma ligação com partidos de esquerda ou sindicatos.

Ao descrever os jornalistas, a secretaria adotava um vocabulário informal, às vezes, grosseiro, revelando o temor do governo de um levante comunista na capital federal sob liderança dos profissionais de imprensa. “Elemento nervoso e mal-educado”; “mau caráter” e “arrogante e insolente”, dizem os documentos sobre alguns profissionais. Sobre um deles, a SSP anotou: “para encobrir sua qualidade de comunista, costuma exibir uma foto ao lado do papa Paulo VI”.

Sobre outro, destacou: “não consta que seja comunista. Ao que parece, [é] um inocente útil”. Um foi descrito como “picareta” e “vaselina”; outro, como “vaído e medíocre”, embora escrevesse mal e tivesse seus comentários revisados antes de publicados. Os documentos, antes confidenciais, agora estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Distrito Federal.

O radialista Honório Dantas foi monitorado pela Divisão de Operações da SSP-DF quando crítico o então secretário de Segurança Pública do DF, Lauro Rieth, em uma reportagem sobre a prisão de despachantes nas imediações do Detran. “Costuma fazer reportagens críticas aos governos federal e do DF, como porta-voz de líderes sindicais e militantes de organizações esquerdistas”, diz o “histórico” de Dantas, produzido em setembro de 1983.

Três meses depois, durante uma entrevista, Dantas desentendeu-se com o então comandante militar do Planalto, Newton Cruz. O general irritou-se com as perguntas e com o gravador de Dantas, muito próximo de seu rosto. O radialista desligou o gravador e se afastou, mas Cruz não gostou e acabou empurrando Dantas, que foi irônico e se disse honrado por ter sido empurrado pelo general. Cruz foi atrás do repórter, pegou-o pelo braço e o fez pedir desculpas publicamente.

### Programas de TV

Em um documento de novembro de 1982, a secretaria aborda programas de rádio e televisão, bem como o noticiário de jornais da cidade. O jornalismo da TV Globo é classificado de “mais responsável” e com maior cuidado com os fatos; o da TV Brasília, de “linha moderada”; o da TV Nacional, de “mediocre”; e o da TV Capital, de “mais contundente”.

### Sindicato Livre

Em 1977, jovens profissionais de tendência esquerdista aliaram-se a nomes consagrados na imprensa e formaram a chapa Sindicato Livre para tentar derrotar o grupo que, desde o golpe de 64, comandava o Sindicato dos Jornalistas do DF. A Divisão de Informações da SSP-DF compilou dados de todos os componentes da chapa.

Um deles era Hélio Doyle, que foi chefe da Casa Civil do governo de Rodrigo Rollemberg. “É comunista”, dizia a SSP sobre a orientação política de Doyle. Armando Rollemberg, irmão do



Arquivo Público abre consulta a documentos da época da ditadura.

atual governador, foi identificado como “muito ligado ao comunista Hélio Doyle” e Heloísa Doyle, citada como “irmã do comunista Hélio Doyle”. “Sabíamos que existiam agentes infiltrados, já tínhamos ideia disso. A gente ia para os lugares e tinha que tomar muito cuidado, porque nas manifestações tinha sempre alguém olhando. Não surpreende que existisse monitoramento, que tivessem informações”, disse Doyle.

Segundo o jornalista, a estratégia da chapa foi colocar os mais visados pelo regime em cargos distantes da diretoria. Ele próprio candidatou-se a delegado representante no Conselho da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, cargo que considerava mais “invisível” no radar da ditadura. Os documentos da SSP-DF, no entanto, classificaram a função de “importante e estratégica”.

A chapa Sindicato Livre foi vitoriosa, mas enfrentou obstáculos. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tentou impugnar a candidatura de seus membros, mas o colonista Carlos Castello Branco, cabeça de chapa, freou as tentativas de desmonte, lembrou Doyle. De acordo com o jornalista, Castello Branco tinha boa relação com o então ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto.

“O Castello mexeu lá para não mexerem na chapa dele. E tem um detalhe do qual pouca gente fala. O delegado do Trabalho, que chamávamos de doutor Valério, embora fosse representante do Ministério do Trabalho na DRT, tinha um pouco de simpatia por nós. Então, uma série de coisas funcionou, e acabaram não impugnando ninguém”.

### Revelação de documentos

Com base na Lei de Acesso à Informação, os documentos confidenciais da SSP-DF tornaram-se públicos em fevereiro e podem ser consultados no Arquivo Público do Distrito Federal. Antes da quebra do sigilo, um edital convocou todas as pessoas citadas nos documentos que quisessem ocultar seus nomes em informações de caráter pessoal. Antes, só o próprio interessado podia ter acesso a essas informações.

“Seguimos o modelo do Arquivo Nacional e publicamos edital divulgando a necessidade de abertura dos acervos e comunicando aos que tivessem sido citados que se pronunciassem sobre a manutenção da restrição de acesso”, disse a coordenadora de Arquivo Permanente do Arquivo Público do DF, Marli Guedes.

Se houvesse dúvida sobre a inclusão de seu nome nos arquivos, a pessoa poderia pesquisar e, então, pedir o sigilo. O prazo para manifestação foi de 30 dias, mas ninguém reclamou informações pessoais. “A Lei de Acesso à Informação trata da transparência da administração pública, mas não afeta a intimidade”, explicou Marli.

Para Doyle, a abertura dos documentos é importante para preencher lacunas existentes desde os tempos de ditadura. “Os documentos têm de ser todos revelados. Os historiadores têm de ter esse elemento para escrever a história desse período, uma visão que ficou obscura durante muitos anos”, afirmou o jornalista.

JORNALISTAS CONTRA DITADURA

